



|  |   |  |  |   |
|--|---|--|--|---|
|  | <b>PODER EXECUTIVO</b><br><b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b><br><b>GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</b><br><b>PÚBLICAS</b><br><b>NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</b> |  |  | <b>PROCESSO:</b><br><br><b>3469/2025</b><br><br><b>FOLHA:</b> |
|  | <b>TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA</b>   |  |  | <b>RÚBRICA:</b>   |
|  | ( ) PMTM    ( ) SOCIAL <b>(X) SAÚDE</b> ( ) EDUCAÇÃO  |  |  |   |

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO** (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de consultórios e equipamentos odontológicos pertencentes à Rede Municipal de Saúde.

| 2. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/QUANTITATIVOS: |  |         |            |               |
|--|--|---------|------------|---------------|
| ITEM                                       | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO  | UNIDADE | QUANTIDADE | CATSERV       |
| 01   | Serviço de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de Odontologia das Unidades Básicas da Secretaria Municipal de Saúde | Mês     | 12         | Não informado |

**2.1. ENQUADRAMENTO DOS BENS**

O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum e não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

**3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A rede municipal de saúde conta com diversos consultórios odontológicos em unidades básicas. A continuidade e qualidade dos atendimentos odontológicos dependem do pleno funcionamento dos equipamentos utilizados.

A contratação se faz necessária para garantir o bom estado de conservação, segurança e eficiência dos aparelhos, além de evitar a interrupção dos serviços odontológicos por falhas técnicas e operacionais. A manutenção preventiva minimiza riscos de paradas inesperadas e aumenta a vida útil dos equipamentos, enquanto a corretiva assegura a pronta resposta em caso de falhas.

A contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de odontologia é justificada por diversos motivos importantes. Aqui estão algumas razões pelas quais essa contratação é benéfica:

3.1. Prolongamento da vida útil dos equipamentos: A manutenção preventiva regular ajuda a identificar e corrigir problemas antes que eles se tornem grandes falhas. Isso resulta em um desgaste reduzido dos equipamentos e pode prolongar sua vida útil. A substituição freqüente de equipamentos pode ser dispendiosa, e a manutenção ajuda a maximizar o retorno sobre o investimento.

3.2. Redução de interrupções no trabalho: Quando os equipamentos de odontologia apresentam problemas, isso pode resultar em interrupções no fluxo de trabalho e na produtividade dos funcionários. A manutenção corretiva rápida e eficiente ajuda a minimizar essas interrupções, garantindo que os problemas sejam resolvidos o mais rápido possível.

3.3. Economia de custos em longo prazo: Embora a contratação de serviços de manutenção possa representar um custo adicional, em longo prazo ela pode levar a economias significativas. A manutenção preventiva ajuda a evitar grandes problemas e falhas catastróficas nos equipamentos, o que pode ser muito mais caro de corrigir do que a manutenção regular. Além disso, equipamentos bem mantidos tendem a durar mais, reduzindo a necessidade de substituições frequentes.



3.4. Suporte técnico especializado: Ao contratar serviços de manutenção, teremos acesso a profissionais especializados e experientes em lidar com equipamentos de odontologia. Esses especialistas têm o conhecimento e as habilidades necessárias para diagnosticar e resolver problemas de maneira eficiente, garantindo que seus equipamentos funcionem adequadamente.

Em resumo, a contratação de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de odontologia é justificada pela redução de custos, prolongamento da vida útil dos equipamentos, melhoria do desempenho e minimização de interrupções no trabalho. Esses serviços oferecem suporte técnico especializado para manter os equipamentos em bom estado e funcionando de maneira eficiente.

3.2. Interesse público: Assegurar o acesso contínuo e seguro aos serviços de saúde bucal, prevenindo interrupções por falhas técnicas, promovendo a saúde preventiva e evitando prejuízos aos usuários. Contribui para a ampliação e qualificação dos serviços ofertados à comunidade.

Fortalecer a manutenção e os cuidados dos equipamentos da Secretaria Municipal de Saúde, possibilitando um



|  |   |  |   |
|--|---|--|---|
|  | <b>PODER EXECUTIVO</b><br><b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b><br><b>GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</b><br><b>PÚBLICAS</b><br><b>NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</b> |  | <b>PROCESSO:</b><br><b>3469/2025</b><br><br><b>FOLHA:</b> |
| <b>TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA</b>                                  |   |  | <b>RÚBRICA:</b>   |
| ( ) PMTM    ( ) SOCIAL <b>(X) SAÚDE</b> ( ) EDUCAÇÃO                             |   |  |   |

ambiente de trabalho melhor aos servidores.

3.3. Metodologia do quantitativo: Informações baseadas no levantamento realizado pela Secretaria de Saúde.

3.4. Justificativa do Quantitativo solicitado: A quantidade foi calculada através das Unidades que dispõe de equipamentos que necessitam destes serviços.

#### 4. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE

(art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

4.1. Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21): **12 (doze) meses, a partir da assinatura contratual.**

4.2. Prorrogação do Contrato: O contrato poderá ser prorrogado a critério da administração, devidamente justificado com fundamento nos termos da Lei 14.133/2021.

4.3. Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21): O contrato poderá ser reajustado, sempre obedecendo a índices oficiais de governo e devidamente justificado. As regras do reajustamento serão aquelas constantes do edital, quais serão os índices utilizados, as condições de aplicação e eventuais limitações. Além disso, é fundamental que os participantes da licitação estejam cientes dessas condições antes de submeterem suas propostas.

#### 5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021)

5.1. Conforme elementos constantes no art. 18, § 1º da Lei 14.133/2021:

Para os fins dos presentes autos, com base no aspecto discricionário conferido à Administração pelo art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, entende-se que a MENOR COMPLEXIDADE do objeto e o valor estimado enseja a prescindibilidade de estudo técnico preliminar.

Contudo, mesmo com a ausência do ETP, fazem-se necessárias informações mínimas para contratação e cumprimentos dos dispositivos legais constantes no art. 72, da Lei nº 14.133, de 2021, capazes de maximizar o interesse público e a devida segurança jurídica, os quais veremos a seguir neste Termo de Referência.

#### 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021)

6.1. A contratação permitirá que os consultórios odontológicos da rede municipal sejam inspecionados através da manutenção regular e suporte técnico imediato, mantendo os equipamentos em condições ideais de funcionamento, prevenindo falhas e garantindo a qualidade dos atendimentos prestados à população.

6.2. A contratada deverá fornecer garantia de, no mínimo, 30 (trinta) dias nos materiais entregues a contar da data de recebimento definitivo do objeto.

6.3. As despesas da execução da garantia de serviços aqui citada deverão ser por conta da contratada, sem qualquer ônus para a contratante.

6.4. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei nº 14.133/21): Não será exigida garantia de execução contratual.

#### 7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)

7.1. Sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

A contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 01/2010, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus artigos 5º e 6º, no que couber.

7.2. No caso de descarte e destinação ambientalmente adequada dos inservíveis, contrato, a contratada deverá proceder ao descarte e destinação ecologicamente correta;

7.3. Vistoria Prévia (observado os § 2º, 3º e 4º do art. 63, Lei 14.133/2021): Não será exigido.



7.4. A apresentação de amostra e/ou demonstração dos (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021): Não será exigido.

#### 8. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

(art. 40, § 1º, II da Lei 14.133/2021)

8.1. O prazo de realização dos serviços será de forma imediata, conforme solicitação da Secretaria, contados do recebimento do Empenho pela empresa selecionada.



|  |   |  |   |
|--|---|--|---|
|  | <b>PODER EXECUTIVO</b><br><b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b><br><b>GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</b><br><b>PÚBLICAS</b><br><b>NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</b> |  | <b>PROCESSO:</b><br><br><b>3469/2025</b><br><br><b>FOLHA:</b> |
| <b>TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA</b>                                  |   |  | <b>RÚBRICA:</b>   |
| ( ) PMTM    ( ) SOCIAL <b>(X) SAÚDE</b> ( ) EDUCAÇÃO                             |   |  |   |

8.2. A prestação do serviço deverá ser realizada por um profissional qualificado, uma vez ao mês em cada Unidade de Saúde, conforme cronograma (ANEXO III) e comunicado pela Secretaria Municipal de Saúde.

8.3. A empresa selecionada deverá disponibilizar um técnico para atender a Secretaria de Saúde, em casos de eventuais serviços de urgência, solicitados no prazo de antecedência de 48 horas.

8.4. A empresa selecionada deverá prestar os seguintes serviços:

#### 8.4.1. Manutenção Preventiva

Consiste em ações planejadas e periódicas com o objetivo de preservar o bom funcionamento dos equipamentos odontológicos e evitar falhas, incluindo, mas não se limitando a:

- Limpeza técnica dos equipamentos;
- Lubrificação e ajustes de peças móveis;
- Verificação e aferição de funcionamento de sistemas elétricos, pneumáticos e hidráulicos;
- Calibração e testes operacionais;
- Emissão de relatórios técnicos após cada visita preventiva.

#### 8.4.2. Manutenção Corretiva

Compreende a correção de falhas ou defeitos apresentados pelos equipamentos, podendo incluir:

- Substituição de peças danificadas;
- Reparos de circuitos elétricos, hidráulicos e componentes eletrônicos;
- Conserto de sistemas de compressão, sucção e iluminação;
- Testes e validação do pleno funcionamento após o reparo.

#### 8.4.3. A manutenção atenderá os seguintes equipamentos entre outros:

- Cadeiras odontológicas;
- Equipamentos odontológicos;
- Equipo
- Mocho
- Amalgamadores;
- Compressores odontológicos;
- Fotopolimerizadores;
- Autoclaves;
- Canetas de alta, baixa rotação, contra ângulo e peça de mão;
- Aparelhos de ultrassom odontológico;
- Seladoras térmicas e outros instrumentos correlatos.

8.5. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado assinado pelas partes, em até 15(quinze) dias.

8.6. O objeto do contrato será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado assinado pelas partes que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

8.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Contrato, devendo ser substituídos no prazo de **03 (três) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (base legal art. 140, § 1º).



8.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato (conforme art. 140, § 2º).

### 9. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

9.1. Em razão da previsão de estimativa financeira de pequeno valor, não se recomenda a adoção da exigência de garantia financeira para a futura contratação, visto, ainda, que em tese, os riscos que possam advir da sua execução não apontam proporcionalmente para potenciais prejuízos financeiros.





|  |   |  |   |
|--|---|--|---|
|  | <b>PODER EXECUTIVO</b><br><b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b><br><b>GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</b><br><b>PÚBLICAS</b><br><b>NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</b> |  | <b>PROCESSO:</b><br><b>3469/2025</b><br><br><b>FOLHA:</b> |
| <b>TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA</b>                                  |   |  | <b>RÚBRICA:</b>   |
| ( ) PMTM    ( ) SOCIAL <b>(X) SAÚDE</b> ( ) EDUCAÇÃO                             |   |  |   |

## 10. OBRIGAÇÃO DAS PARTES

### 10.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 10.1.1 Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 10.1.2 Fornecer os produtos/serviços no local de entrega previsto neste termo, acompanhados do(s) correspondente(s) Termo(s) de Garantia e Suporte (se for o caso);
- 10.1.3 Promover por sua conta a cobertura, por meio de seguros, dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução deste termo;
- 10.1.4 Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual;
- 10.1.5 Ser a única responsável, integral e exclusiva, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar a Administração ou a terceiros, provenientes da prestação dos serviços/aquisição de mercadorias objeto do presente termo, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento da Secretaria solicitante;
- 10.1.6 Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização desta Administração;
- 10.1.7 Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos, atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização desta Administração;
- 10.1.8 Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto desta contratação, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/21;
- 10.1.9. Apresentar laudos técnicos após cada manutenção;
- 10.1.11 Garantia mínima de 30 dias para serviços corretivos;
- 10.1.12 Manter canal de comunicação direto com a Secretaria de Saúde para chamados técnicos.

### 10.2 OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

- 10.2.1 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às suas dependências, relacionadas à execução do objeto deste Termo de Referência;
- 10.2.2 Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos, não previsto no presente edital, e tudo o mais que se relacione com a prestação dos serviços, desde que não acarrete ônus para Administração ou modificação das obrigações;
- 10.2.3 Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste termo;
- 10.2.4 Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



## 11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021)

- 11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021.
- 11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14.133/2021.
- 11.3. A execução do contrato deverá produzir seus efeitos a partir de sua assinatura do instrumento contratual, obedecendo aos critérios estabelecidos nesse termo de referência.

## 12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

- 12.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.
- 12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.3. Ficam indicados como futuro fiscal (ou comissão de fiscalização, se for o caso) e futuro gestor do contrato, os seguintes servidores (se for o caso): Fiscal do futuro contrato: Sônia Regina David Silva / Mat: 4342 e Gestor do



|  |   |  |  |  |
|--|---|--|--|--|
|  | <b>PODER EXECUTIVO</b><br><b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b><br><b>GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</b><br><b>PÚBLICAS</b><br><b>NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</b> |  |  | <b>PROCESSO:</b><br><br><b>3469/2025</b> |
|  |   |  |  | <b>FOLHA:</b>                            |
|  | <b>TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA</b><br><b>( ) PMTM ( ) SOCIAL (X) SAÚDE ( ) EDUCAÇÃO</b>  |  |  | <b>RÚBRICA:</b>                          |

futuro Contrato: Sônia Regina David Silva / Mat: 4342.

### 13. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021)

13.1. O pagamento será realizado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do ar. 141 da Lei 14.133/2021.

13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.

13.3. Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos e direcionados ao Fundo Municipal de Saúde - Trajano de Moraes - CNPJ nº 12.995.547/0001-53, endereço Rua Dr. José de Moraes, s/nº - Centro - Trajano de Moraes - RJ.

### 14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR DA AQUISIÇÃO POR CONTRATAÇÃO DIRETA (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021) e (arts. 74 ou 75 da Lei 14.133/2021)

14.1. A aquisição do objeto/a prestação dos serviços está fundamentada nos pressupostos do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

14.2. Forma de fornecimento:

14.2.1. A prestação dos serviços será integral e contínuo, de acordo com solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

14.3. Exigências de habilitação:

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:



14.3.1. Habilitação jurídica:

- No caso de Empresa Individual:
- Cédula de Identidade e Certidão de Matrícula no Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- No caso de Empresa Ltda. - S. A / Microempresa / Empresa de Pequeno Porte.
- Apresentação do Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social) acompanhado das alterações subsequentes, no caso de inexistência de Contrato consolidado, e Ata de eleição da última Diretoria, se for o caso, todos devidamente arquivados na Junta Comercial, no caso de sociedades por quotas de responsabilidade limitada ou sociedade por ações;
- No caso de sociedade civil.
- Inscrição do Ato Constitutivo no caso de Sociedade Civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- No caso de empresa estrangeira.
- Decreto de Autorização, devidamente arquivado na Junta Comercial, no caso de empresa estrangeira em funcionamento no País.

14.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF).
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



|  |   |  |  |                                      |
|--|---|--|--|--------------------------------------|
|  | <b>PODER EXECUTIVO</b><br><b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b><br><b>GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</b><br><b>PÚBLICAS</b><br><b>NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</b> |  |  | <b>PROCESSO:</b><br><b>3469/2025</b> |
|  |   |  |  | <b>FOLHA:</b>                        |
|  | <b>TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA</b><br><b>( ) PMTM ( ) SOCIAL (X) SAÚDE ( ) EDUCAÇÃO</b>  |  |  | <b>RÚBRICA:</b>                      |

- Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou da sede do Licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei ou certidão com restrição;
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.3.3. Qualificação Técnica: Apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação, especificamente:

- Serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos;
- Os atestados devem conter, obrigatoriamente: nome do contratante, tipo de serviço prestado, período de execução, equipamentos atendidos e desempenho satisfatório.

Os atestados deverão estar acompanhados dos respectivos contatos da contratante para eventual verificação da veracidade das informações.

## 15. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E COOPERATIVAS

### 15.1. Consórcios

- Será admitida a participação de licitantes em regime de consórcio.
- As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante a Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes por todos os atos praticados pelo consórcio;
- Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, mediante a apresentação da documentação comprobatória.

### 15.2. Cooperativas

- Será admitida a participação na licitação de cooperativa de trabalho regida pela Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, sendo esta considerada a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho, nos termos da legislação em vigor.

## 16. SUBCONTRATAÇÃO

- Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto.

## 17. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

- O custo estimado da contratação é de **R\$ 27.600,00 (Vinte e sete mil e seiscentos reais). Arquivo 03** estimativa de preços pré apurada pelo Núcleo de Compras em anexo).

## 18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)

- A(s) dotação(ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é(são):



| SECRETARIA                    | FUNCIONAL           | ELEMENTO DA DESPESA | RECURSO  | FICHA |
|-------------------------------|---------------------|---------------------|----------|-------|
| Secretaria Municipal de Saúde | 1801103010035.2.051 | 33903900            | 16350000 | 0049  |

## 19. DISPOSIÇÕES GERAIS

- O presente termo foi concebido com base na Lei nº 14.133/21, demais legislações pertinentes.





|  |   |  |   |
|--|---|--|---|
|  | <b>PODER EXECUTIVO</b><br><b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b><br><b>GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</b><br><b>PÚBLICAS</b><br><b>NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</b> |  | <b>PROCESSO:</b><br><b>3469/2025</b><br><br><b>FOLHA:</b> |
| <b>TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA</b>                                  |   |  | <b>RÚBRICA:</b>   |
| ( ) PMTM    ( ) SOCIAL <b>(X) SAÚDE</b> ( ) EDUCAÇÃO                             |   |  |   |

|   |
|---|
| <b>20 . ANEXO(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA</b>   |
| 20.1. Compõe como Anexos a este TR os seguintes documentos:<br>Anexo I - Planilha de Preços Pesquisados pela Secretaria Municipal de Saúde e reconhecida pelo Núcleo de Preparação.<br>Anexo II – Memória de Cálculo<br>Anexo III – Cronograma de execução dos serviços |

|   |   |
|---|---|
| <p>Trajano de Moraes, 01 de agosto de 2025.</p> <p><b>Encaminha-se o presente Termo de Referência para ciência e análise do (a) Secretário (a) da pasta. Este Núcleo de Planejamento informa que o referido Termo, foi realizado de acordo com as informações apresentadas no DFD (Documento de Formalização de Demanda), elaborado pela Secretaria solicitante.</b></p> <p>Marcelo Dias Pinheiro<br/>Mat: 4428</p> <p>Renato Martins Bueno<br/>Mat: 4412</p> <p>Maria Helena Queiroz Neves Garcez<br/>Mat: 13753</p> | <p style="text-align: center;"><b>De acordo</b> com Termo de Referência.</p> <p style="text-align: center;"><b>Janaina de Carvalho Cunha Guzzo</b><br/>Secretária Municipal de Saúde<br/>Matrícula: 13703</p> |
|---|---|

